

## Formação Social das juventudes católicas: contexto histórico e participação

**Renan Augusto Gonçalves Teixeira**

Mestre em Educação Sociocomunitária (UNISAL)

**Francisco Evangelista**

Doutor em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2011). Atualmente é professor titular do Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano São Paulo.

[professorfranciscoevangelista@uol.com.br](mailto:professorfranciscoevangelista@uol.com.br); [FRANCISCO.EVANGELISTA@unisal.br](mailto:FRANCISCO.EVANGELISTA@unisal.br)

---

### Resumo

O artigo apresenta pesquisa que teve como objetivo avaliar a atuação da Pastoral da Juventude dentro da Igreja Católica durante o período militar no Brasil, tendo como foco a análise do movimento e seus ideais libertários, que se reuniam no interior da instituição Igreja e, em reuniões e encontros, ajudavam na formação de grupos reflexivos e atuantes que lutavam por libertação, criando e experimentando ambientes e situações formativas. Objetivamos também, observar os fenômenos na ordem social que tem contribuído para que a juventude se desvincule de maneira tão significativa das principais discussões sociais e políticas da sociedade brasileira. Historicamente, a juventude em luta contra a ditadura brasileira, encontrou apoio e amparo na Igreja Católica, que, naquele momento, fazia uma experiência Latino Americana da Teologia da Libertação e era uma grande referência institucional na resistência. Para desenvolver a pesquisa, metodologicamente, tomamos como referência tais grupos presentes em uma Comunidade Católica que nasce exatamente nesse período da história brasileira. A pesquisa de campo foi realizada ouvindo relatos de jovens da época – hoje adultos atuantes na comunidade – e jovens de hoje, onde identificamos mudanças e diferenças comportamentais. A análise dos dados revelaram que os jovens contemporâneos tem dificuldade de se perceber inseridos na sociedade como os das décadas de 70 e 80 se percebiam. Sua atuação é restrita pois os ambientes formativos (reuniões, encontros, formações) são cada vez menos frequentes e com uma espiritualidade bem menos coletiva e muito mais individual que antes, o que nos revela também a atuação da hierarquia da Igreja Católica e sua incidência e diretividade na formação social da juventude na atualidade em comparação com o período das comunidades eclesiais de base.

**Palavras-chave:** Juventudes. Pastoral da Juventude. Formação Social. Comunidade Eclesial de Base.

### *Social Formation of Catholic Youth: Historical Context and Participation*

#### **Abstract**

*This article presents a research that aimed to evaluate the work of the Youth Ministry within the Catholic Church during the military period in Brazil, focusing on the analysis of the movement and its libertarian ideals, which met within the institution of the Church and in meetings and encounters, helped in the formation of reflexive and active groups that fought for liberation, creating and experiencing environments and formative situations. We also aim to observe the phenomena in the social order that has contributed to the fact that the youth is so dissociated from the main social and political discussions of Brazilian society. Historically, the youth in struggle against the Brazilian dictatorship, found support and support in the Catholic Church, which, at that time, was doing a Latin American experience of Liberation Theology and was a great institutional reference in the resistance. To develop the research, methodologically, we take as reference such groups present in a Catholic Community that is born precisely in this period of Brazilian history. Field research was carried out by listening to reports of young people of the time - now adults in the community - and young people today, where we identify behavioral changes and differences. Data analysis revealed that contemporary youths have difficulty perceiving themselves inserted in society as those of the 70s and 80s were perceived. Its activity is restricted because the formative environments (meetings, meetings, formations) are less and less frequent and with a much less collective and much more individual spirituality than before, which also reveals to us the performance of the hierarchy of the Catholic Church and its incidence and directivity in the social formation of youth today compared to the period of the basic ecclesial communities.*

**Keywords:** Youth. Youth Ministry. Social Formation. Ecclesial Base Community.

#### **O conceito de Juventude**

Uma prematura definição de juventude (a do senso comum) concordaria que a juventude é o período mais frutuoso da vida humana. Sua vitalidade e alegria garantem que as realizações mais importantes de suas vidas sejam realizadas nesse período. A juventude é também a passagem da infância para a vida adulta, período de amadurecimento como define a maioria dos dicionários. É o período também do apuramento das perspectivas dos indivíduos sobre o mundo. Comumente é atribuída a

Che Guevara<sup>1</sup> a frase que diz que “ser jovem e não ser revolucionário é uma contradição genética”. De fato, a juventude tem a característica de ser questionadora da realidade em que se encontra e por vezes é chamada de rebelde por isso.

A análise semântica do termo juventude nos remete a sua origem na língua latina, *Juventus*, *Juvenes*, que significam jovem, novo, recente. Desse modo, inicialmente e sem uma definição teórica, podemos dizer que a juventude é um fértil período da vida humana que, quando bem cultivado, pode gerar frutos imensuráveis, na vida pessoal e comunitária de todas as pessoas. É o período das transformações e reflexões, capazes de transformar o ser humano e o meio em que estão inseridos.

Segundo dados divulgados pelas Nações Unidas<sup>2</sup> em 2014, aproximadamente 25% da população mundial têm entre 10 e 25 anos de idade, o que aumenta significativamente a população jovem do planeta. Esses números chegam a aproximadamente 1,8 bilhões de jovens espalhados por todo o mundo. Em dados nacionais<sup>3</sup>, segundo o censo demográfico do ano 2010, por volta de 19% da população brasileira é composta por jovens entre os 15 e os 24 anos, isto é, mais de 34 milhões de pessoas. Esse número aumenta ainda mais se considerarmos também a população compreendida entre os 25 aos 29 anos. Atingimos a marca de 51 milhões de habitantes nesses parâmetros. O gráfico da pirâmide etária dividida por sexo e idade, divulgado pelo IBGE, demonstra a ampliação na população jovem brasileira.

---

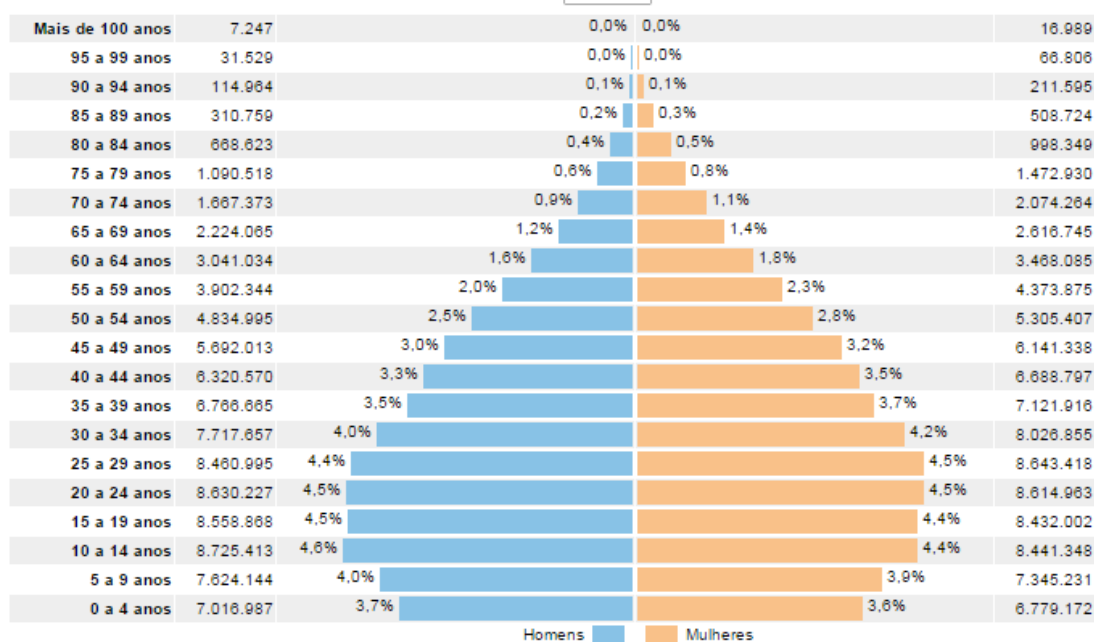
Artigo reformulado da pesquisa realizada por Renan Augusto Gonçalves Teixeira: A formação social da pastoral da juventude. Dissertação de Mestrado. UNISAL/2016.

<sup>1</sup> Ernesto Guevara de la Serna (1928-1967) ficou popularmente conhecido como Che Guevara. Foi um guerrilheiro, político, escritor e médico argentino, se enraizando em Cuba. Guevara foi um dos ideólogos e comandantes que lideraram a Revolução Cubana (1953-1959) que levou a um novo regime político em Cuba. Participou da reorganização do Estado Cubano, desempenhando altos cargos no Governo.

<sup>2</sup> Dados do relatório do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), de 2014.

<sup>3</sup> IBGE 2010.

**Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade**  
BRASIL - 2010 ▾



Fonte: Censo Demográfico 2010 - IBGE

É válido ressaltar que a relação entre homens em mulheres é quase sempre equivalente. Tais números impressionam num primeiro momento e deixam bastante claro o motivo pelo qual a temática da juventude tem sido tão amplamente abordada nas mais variadas vertentes de pesquisa científica.

É comum que os termos juventude e adolescência por vezes se confundam como explicam Lopes e Silva (2009)

Juventude, mocidade, adolescência, puberdade, flor da idade, novo, nubildade, muitos são os termos e conceitos utilizados para se caracterizar esse período da vida. É importante esclarecer que, no Brasil, há um uso concomitante de dois termos: adolescência e juventude. Suas semelhanças e diferenças nem sempre são esclarecidas e suas concepções ora se superpõem, ora constituem campos distintos, mas complementares, ora traduzem uma disputa por abordagens distintas. (LOPES; SILVA, 2009, p.88).

Em linhas gerais, poderíamos vincular o termo adolescência às teorias psicológicas, considerando tais indivíduos como seres psíquicos em construção e constante transformação, em preparação para um estágio humano superior. Juventude, por sua vez, pertence ao campo sociológico, “sendo assim, a juventude só poderia ser

entendida na sua articulação com os processos sociais mais gerais e na sua inserção no conjunto das relações sociais produzidas ao longo da história” (op. cit., 2009, p. 88).

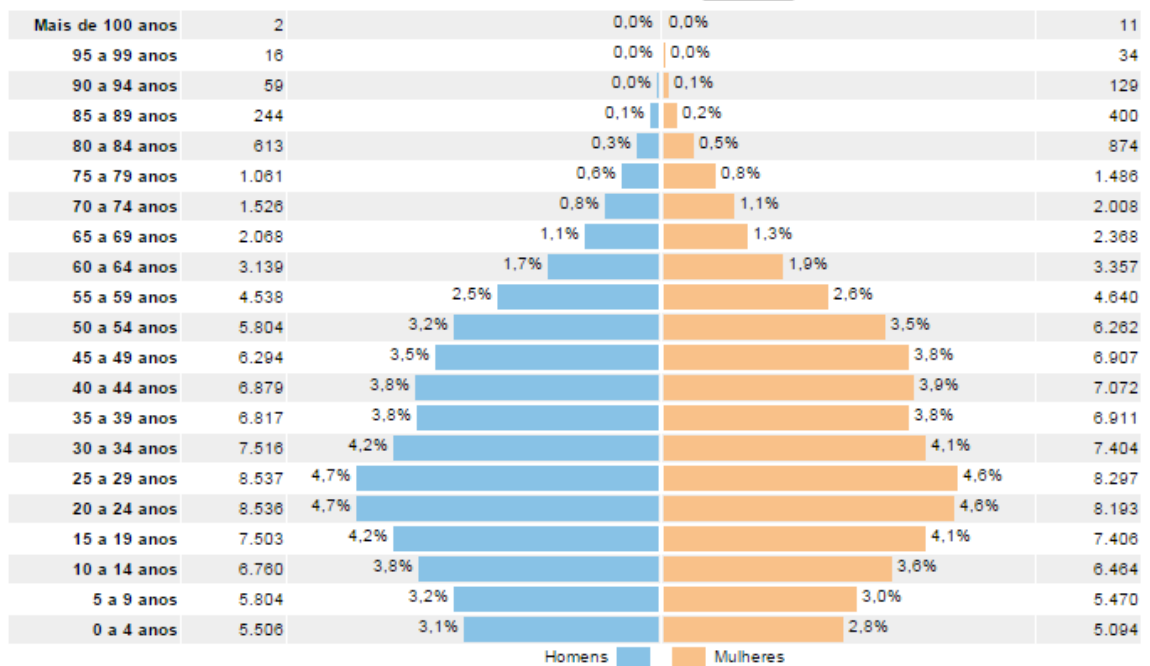
Por fim, conclui a Organização Mundial da Saúde quando explica que

[...] a adolescência constituiria um processo fundamentalmente biológico, durante o qual se aceleraria o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Abrangeria as idades de 10 a 19 anos, divididas nas etapas de pré-adolescência (dos 10 aos 14 anos) e de adolescência propriamente dita (de 15 a 19 anos). Já o conceito juventude resumiria uma categoria essencialmente sociológica, que indicaria o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos (OMS, 1985).

É válido ressaltar que, em muitos estudos e seguindo uma tendência natural, visto que a expectativa de vida mundial tem aumentado, a população juvenil está compreendida dos 15 aos 29 anos. Em nossa pesquisa, quando nos referirmos à juventude, utilizaremos essa metodologia a fim de contribuir no colhimento e na análise dos dados.

Este texto é o resultado de pesquisa realizada numa Comunidade Católica localizada na Região Metropolitana de Campinas, mais precisamente na cidade de Santa Bárbara d’Oeste, distante aproximadamente 35 km de Campinas. Ainda segundo o censo de 2010, quase 27% da população barbarensense estão entre os 15 e os 29 anos, conforme demonstra o gráfico a seguir:

**Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade  
Santa Bárbara d'Oeste (SP) - 2010**



Fonte: Censo Demográfico 2010

As prévias definições apresentadas até aqui parecem de fácil compreensão e, de fato são, pois baseiam-se em dados estatísticos e, sobretudo, no senso comum. Não obstante, um trabalho que se propõe a compreender a juventude e torná-la objeto de estudo encontrará inúmeras dificuldades ao notar a infinidade de concepções que são construídas acerca dela. As concepções fragmentadas tornam difícil a compreensão do período juvenil, pois, “os recortes dificultam a sua compreensão como sujeitos” (DAYRELL, 2003, p. 155) gerando visões distintas que apresentam a juventude como: estágio de transitoriedade, como lugar de expressão de liberdade e prazer, como estado de crises e conflitos pessoais, entre outras definições.

O início e o fim do período juvenil é quase sempre controverso pois, para sua definição, estabelecem-se inúmeros critérios como idade, desenvolvimento biológico, maturidade psicológica, dentre outras. Uma compreensão mais ampla, talvez seja a capacidade do jovem em se inserir no mundo e com o mundo em um processo de transformação da realidade em que está inserido.

A realidade social demonstra, no entanto, que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto

heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Nesse sentido, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc. (ESTEVEZ; ABRAMOVAY, 2007.p. 21).

As múltiplas formas de conceber a juventude exigem que se justifique a utilização do termo *juventudes*. O plural, usado propositalmente, se dá exatamente pelas inúmeras conceituações construídas e, sobretudo, a diversidade de experiências reunidas pela juventude, onde, “ao falarmos das experiências de vida juvenis propriamente ditas, é preciso reconhecer uma multiplicidade – que nos leva a falar de juventudes, no plural” (CORTI, 2004, p. 14). É diante disso que a juventude é compreendida através da construção social e não de maneira unilateral, assumindo protagonismos diferentes e se transformando no tempo e no espaço.

Nesse sentido,

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim, como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos o conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com a chegada da vida adulta (DAYRELL, 2003, pp. 157-158).

As relações sociais são, deste modo, a grande responsável pela compreensão das juventudes enquanto sujeitos de transformação da sociedade. É n contexto religioso que vamos encontrar no Brasil uma grande concentração de jovens, lembrando que “o pertencimento, as crenças e as identidades religiosas influenciam opiniões, percepções e práticas sociais dos jovens desta geração” (NOVAES, 2005, p. 265).

## **A Juventude Católica Brasileira – Contexto Histórico**

“Só uma juventude organizada, será uma juventude forte”. (PUEBLA, 1185/1188).

Para melhor compreender o processo de formação da Pastoral da Juventude é necessário que compreendamos o contexto histórico em que ela se formam, as concepções sociais, as lutas da resistência ao Governo Militar, o processo de redemocratização e a participação da própria Igreja nesses momentos históricos de intensa formação e luta por justiça social.

“Os jovens e os adolescentes, também, vêm às ruas, criticam, exigem seriedade e transparência. O povo grita contra os testemunhos de desfaçatez. As praças públicas de novo se enchem. Há uma esperança, não importa que nem sempre audaz, nas esquinas das ruas, no corpo de cada uma e de cada um de nós. É como se a maioria da nação fosse tomada por incontida necessidade de vomitar em face de tamanha desvergonha. [...] por outro lado, sem sequer poder negar a desesperança como algo concreto e sem desconhecer as razões históricas, econômicas e sociais que a explica, não entendo a existência humana e a necessária luta para fazê-la melhor, sem esperança e sem sonho”. (FREIRE, 1992, p. 114).

O final da década de 1970 e o início da década de 1980 são decisivos para a sociedade brasileira. Ela assiste o fim do Governo ditatorial<sup>4</sup> e o grande movimento pela redemocratização. Motivados pelo nascimento de um novo modelo de governo democrático, milhares de pessoas, sobretudo jovens, ganham as ruas de todo território nacional para exercer seu direito mais elementar: o de ser cidadão. De fato, o conceito de política como exercício da cidadania, apresentado na Antiguidade Grega e difundido no Ocidente, é retomado e a expectativa da liberdade motiva as massas a lutar por justiça e igualdade social. “O homem é, por natureza, um *Zôon Politikôn*”<sup>5</sup>, decretou Aristóteles<sup>6</sup>,

---

<sup>4</sup> A ditadura militar brasileira foi resultante do golpe militar de 31 de Março de 1964 que afastou o Presidente João Goulart do poder. A tomada do poder pelos militares foi determinante para o início de um período da história brasileira marcado pela ausência da participação popular no Governo, fortalecimento dos órgãos de repressão e concentração do poder nas mãos dos militares, perdurando até 1985.

<sup>5</sup> Termo grego, utilizado por Aristóteles que significa Animal político ou social.

<sup>6</sup> Um dos maiores nomes da filosofia de todos os tempos, nasceu em Estagira – Macedônia, no ano de 384 a.C., tendo sido aluno de Platão em Atenas. Após a morte de seu mestre, viaja para Assos onde se une a esposa, Pítias e torna-se professor de Alexandre, o Grande. Muitos historiadores dizem que Aristóteles escreveu duas obras para seu importante aluno: Os colonos e Sobre a monarquia, porém ambas se perderam, assim como a grande maioria de sua produção. Em 355 a.C. volta para Atenas e, num bosque consagrado a Apolo, funda uma escola. Ali foi professor de Nicômacos e Êudemos. Depois da morte de Alexandre, o Estagirita se vê obrigado a buscar refúgio em Cálcis. Faleceu em 322.a.C.

“Aristóteles, considerado durante muitos séculos como insuperável, a tal ponto que Kant considerava a lógica simplesmente ‘fechada e acabada’ desde o aparecimento do *Organon* (instrumento), e a Idade Média tardia o erigiu em autoridade suprema em todos os campos do conhecimento humano (‘Aristóteles disse’ equivalia à ‘filosofia ensina’), foi de repente julgado radicalmente ultrapassado pela revolução científica que, com Copérnico, Kepler, Galileu, provocou a passagem do ‘mundo fechado ao universo infinito’.” (cf. STIRN, François. **Compreender Aristóteles**. Trad. Ephraim F. Alves. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 09).



isto é, a natureza humana tem como pressuposto sua capacidade de exercer a vida na *Pólis*; a vida na cidade e, por consequência, estabelecer relações sociais.

O processo de redemocratização da sociedade brasileira não foi tão simples como parece. O fortalecimento dos órgãos de repressão fazia da liberdade de expressão, por exemplo, o maior sonho de muitos revolucionários da época. A luta pela conquista da democracia e as críticas ao governo vigente fizeram com que muitas pessoas perdessem a liberdade do convívio social, pela prisão, em muitos casos, pelo exílio e até mesmo a morte. A crítica social, que aparece em muitas músicas, poemas e obras literárias produzidas na época, quase sempre não passavam pelo crivo da censura – tida como oficial nesse período histórico.

Nesse contexto revolucionário muitas instituições se propõem a lutar pelos ideários democráticos e, dentre elas, podemos destacar a participante atuação da Igreja Católica. Motivados pelo nascimento de uma nova corrente teológica, sobretudo na América Latina e no Caribe – a Teologia da Libertação<sup>7</sup> – Bispos, padres e fiéis leigos se colocaram em luta, junto do Povo, pela liberdade. A Igreja do Brasil percebe que é necessário alcançar as periferias, descentralizar a atuação pastoral e atuar do lado dos mais pobres e marginalizados. Tal presença se concretiza com a criação e fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base, que abordaremos com mais especificidade no tópico subsequente. Nesse sentido, destaca Mainwaring:

[...] a presença da Igreja [católica] na política brasileira tem sido marcante. Vinculada ao Estado e às classes dominantes até 1964, entrou em sérios atritos com o Estado durante as duas décadas de governo militar. Durante o período de maior repressão (1968-1974), a Igreja, com frequência, era a única instituição com suficiente autonomia política para criticar o regime autoritário e para defender os direitos humanos. (MAINWARING, 1989, p. 9).

As celebrações dominicais tornam-se lugares privilegiados para que os fiéis pudessem formar criticidade diante do contexto social e político em que estavam

---

<sup>7</sup> Teologia da Libertação é uma corrente teológica cristã nascida na América Latina, depois do [Concílio Vaticano II](#) e da [Conferência de Medellín](#) (Colômbia, 1968), que parte da consideração de que o [Evangelho](#) exige a opção preferencial pelos pobres e de especificar que a teologia, para concretar essa opção, deve usar também as ciências humanas e sociais. É considerada como um movimento *supradenominação*, apartidário e inclusivista de [teologia política](#), que engloba várias correntes de pensamento que interpretam os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação de injustas condições econômicas, políticas ou sociais.

inseridos. Vale ressaltar que nem todas as comunidades católicas nesse período adotam uma postura libertadora. Grupos tradicionais, pelo contrário criticaram duramente a Teologia da Libertação, afirmando que era uma corrente comunista infiltrada na Igreja. Desta feita, o movimento não alcançou todas as comunidades paroquiais. Músicas, homilias<sup>8</sup>, reuniões de grupos denunciam a realidade política. Longe da perspectiva da “Igreja dos Pobres”, tais grupos conservadores realizavam um projeto que

[...] resultava não apenas das diretrizes do Vaticano, então preocupado em sustar o florescimento dos movimentos operários de esquerda na Europa, mas também da tomada de consciência por parte do episcopado brasileiro da crise com que se defrontavam os grupos dirigentes oligárquicos. Ao mesmo tempo que procuravam reformar as obras tradicionais de caridade, as associações leigas, os altos dignitários do clero se empenharam em preservar e expandir a presença da Igreja em áreas estratégicas como o sistema de ensino, a produção cultural, o enquadramento institucional dos intelectuais, etc. Em troca da manutenção de seus interesses em setores onde a intervenção do Estado se fazia sentir de modo crescente (o sistema educacional, o controle dos sindicatos, etc), a Igreja assumiu o trabalho de encenar grandes cerimônias religiosas das quais os dirigentes políticos podiam extrair amplos dividendos em termos de popularidade (MICELLI, 1979, p. 51).

Fruto de uma inspiração suscitada numa Sexta-feira Santa, Gilberto Gil e Chico Buarque de Holanda compuseram uma música, interpretada por Chico e Milton Nascimento<sup>9</sup>, que tornou-se um dos símbolos da resistência e que muitos grupos cantavam nas Missas semanalmente:

Pai, afasta de mim esse cálice [cale-se] / De vinho tinto de sangue. Como beber dessa bebida amarga/ Tragar a dor, engolir a labuta/ Mesmo calada a boca, resta o peito/Silêncio na cidade não se escuta/ De que me vale ser filho da santa/ Melhor seria ser filho da outra/ Outra realidade menos morta/ Tanta mentira, tanta força bruta. Como é difícil acordar calado/ Se na calada da noite eu me dano/ Quero lançar um grito desumano/ Que é uma maneira de ser escutado/ Esse silêncio todo me atordoia/ Atordoadado eu permaneço atento/ Na arquibancada pra a qualquer momento/ Ver emergir o monstro da lagoa. (BUARQUE DE HOLANDA; NASCIMENTO, 1978).

---

<sup>8</sup> Mensagem transmitida pelos líderes religiosos nas celebrações.

<sup>9</sup> Músicos e compositores brasileiros, importantes na luta contra a ditadura militar no Brasil.

Líderes religiosos, em suas homilias e pronunciamentos também se colocavam em luta contra a repressão, como este trecho da afirmação dos Bispos do Centro-Oeste brasileiro, no documento *“Marginalização de um povo: o grito das Igrejas”*:

[...] uma economia concentrada e um poder centralizador [...] Quanto ao controle da ordem, exercido pelo Governo, pelas Forças Armadas e pela polícia, vê-se todos os dias o que ocorre: toda manifestação é reprimida; em nome mesmo da liberdade de iniciativa, suprime-se a liberdade pessoal e mesmo a liberdade de uma grande parte do povo (CNBB, 1974, p. 1002).

A Lei de Anistia de 1979, dada pelos militares por forte pressão popular, ocasionou certa abertura aos vários movimentos pró resistência e uma flexibilidade para que a Igreja Católica desse apoio maciço à luta pela democracia. O fervilhar do movimento operário no ABC paulista, por exemplo, com a atuação forte dos sindicatos e a realização das greves, também foi acolhida pela Igreja Católica no Brasil. Dom Paulo Evaristo Arns<sup>10</sup> afirmou muito claramente:

[...] depois de 78, 79, nós estávamos muito ligados a todos os sindicatos dos trabalhadores, e principalmente do ABC, mas também de São Paulo, então nós abrimos os salões de nossas paróquias pra que eles pudessem reunir-se porque as sedes deles tinham sido fechadas [...] Então, depois de 79, é que nós cedemos os salões, mas sempre dizendo que dois ou três membros da comunidade deviam estar presentes, para que o povo, assim, fosse envolvido e também para que não dissessem que era uma concessão secreta. Era aberta, da comunidade (ARNS, 1998).

Outro ponto deve ser destacado: a educação dos filhos daqueles que caíam na clandestinidade. Crianças de apenas dois anos já eram consideradas como “elemento menor subversivo, terrorista” (Infância Roubada, 2014, p. 139). O fato de terem o sobrenome de seus pais, procurados pelos militares, os impediam de serem matriculados na escola formal. Poucos conseguiram uma certidão de nascimento com sobrenome falso e podiam frequentar as aulas regularmente, outros, porém, tiveram seus futuros comprometidos pela falta da educação escolar. Tal realidade nos aparece com muita clareza em depoimentos<sup>11</sup> daqueles que viveram os horrores desse período, como é o caso

---

<sup>10</sup> 3º Cardeal e 5º Arcebispo Metropolitano de São Paulo entre os anos 1970 a 1998 que apoiou fortemente a resistência contra a ditadura, acolhendo os vários grupos sociais e estudantis.

<sup>11</sup> Depoimentos colhidos na comissão da verdade estadual “Rubens Paiva” e organizados pela ALESP no livro “Infância Roubada: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil”, de 2014.

de Ieda Seixas, filha de um resistente, ao narrar a experiência de seu irmão, Irineu Seixas – já falecido: “A infância perdida, em todas as dimensões, é uma realidade. O Irineu perdeu a infância aos 10 anos. O olhar dele para o mundo já era um olhar de adulto”. (Infância Roubada, 2014, p. 181).

Destacamos, portanto, o papel decisivo da atuação da Igreja no acolhimento dessas pessoas, quando seus momentos, sejam celebrativos ou sociais, tornam-se grandes ambientes de formação, nos quais se tornam presentes os elementos da Educação Popular, como a valorização dos conhecimentos prévios, as realidades dos sujeitos e a construção de novas possibilidades de compreensão do mundo, como destaca Dom Paulo Evaristo, ao afirmar que “nossas Igrejas, naquele momento, eram os únicos lugares onde, reunidos, poderiam formar a criticidade do povo que era impedido de pensar” (ARNS, 1998).

Evidencia-se, nesse sentido, o primeiro traço de uma educação sociocomunitária<sup>12</sup>, objetivando a formação para o despertar de uma consciência crítica, visando a emancipação do ser humano e a transformação da realidade social e política. Fazemos suscitar o pensamento de Paulo Freire<sup>13</sup>, educador e idealizador de um processo educacional libertário e emancipatório. Resistente contra as arbitrariedades do Governo Militar brasileiro, foi exilado por cinco anos por ter pensamento considerado subversivo pela censura. Em *Pedagogia do Oprimido*<sup>14</sup>, apresenta o que para ele é a grande tarefa da educação: a formação de uma consciência crítica e a educação emancipatória e libertadora. De tradição Marxista, destaca a relação entre opressores e oprimidos. A violência dos opressores tenta desumanizar os oprimidos e estes, devem travar uma luta contra aqueles que, a todo tempo, tentam os tornar inferiores.

Vale ressaltar que Freire, conhecendo profundamente as características humanas, alerta para o risco daqueles que são oprimidos, na luta que tendem a travar, se sintam também opressores, fazendo com que sua luta torne-se ilegítima. Mais do que um

---

<sup>12</sup> Campo conceitual ainda em construção, mas que pode ser articulado com áreas educacionais como a Pedagogia Social e a Educação Popular, que visam a formação para a transformação da realidade.

<sup>13</sup> Um dos maiores intelectuais do século XX, elaborou uma teoria ou, como ele mesmo preferia dizer, “uma certa compreensão ético-crítico-política da educação”, que tem como uma de suas bases o diálogo que possibilita a conscientização com o objetivo de formar cidadãos da práxis progressista, transformadores da ordem social, econômica e política injusta.

<sup>14</sup> Obra em que relata sua experiência em cinco anos de exílio, mostrando o papel da conscientização, numa educação realmente libertadora.

opressor, os desfavorecidos devem se tornar reconquistadores da humanidade e da liberdade de si próprios.

[...] o oprimido, libertando-se, liberta o opressor, o não haver, como antes sublinhei, declarado que a luta de classes é o motor da história, o tratamento que eu dava ao indivíduo, sem aceitar reduzi-lo a puro reflexo das estruturas socioeconômicas, o tratamento que dava à consciência, à importância da subjetividade, o papel da conscientização que, na Pedagogia do oprimido, supera, em termos de criticidade, o a ela atribuído em Educação como prática da liberdade. (FREIRE, 1992, p. 90).

Eis a novidade apresentada por Freire: a tarefa humanista e histórica dos oprimidos, obtida pela educação emancipatória, é a de libertar também os opressores. Em uma educação problematizadora, não há transferência, mas sim se compartilhamento de experiências, construindo seres críticos e conseguindo, através do diálogo com o educador, torna-lo crítico também.

Traçando um paralelo evidente entre tal proposta educativa de Paulo Freire, que era declaradamente um “educador cristão” e teve muita importância dentro das Comunidades, e a tarefa importante operada pela Comunidade Católica em abrir suas portas e acolher os que lutavam por liberdade, percebemos que, mais do que servir de ponto de encontro, a Igreja Católica se colocava à serviço dos oprimidos e buscava possibilitar, em muitos casos, a única possibilidade de formação crítica e de lutar pela libertação do povo brasileiro e, por consequência, a consolidação de um governo democrático onde a liberdade e a livre manifestação favorecessem a formação de cidadão críticos, conscientes e comprometidos com a transformação da realidade social. A consolidação desse processo se dá, sobretudo, com a aproximação que a Igreja Católica faz dos mais pobres e oprimidos, através das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base).

### **As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)**

São Comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São Eclesiais, porque congregadas na Igreja, com núcleos básicos de fé. São de Base, por que integrada por

pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares) [...] (FREI BETTO, 1985, p. 7).

Alicerçados no surgimento da Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais de Base tinham alguns objetivos que davam sustentação ao seu novo projeto político-social-pastoral, quais sejam, alcançar as periferias, descentralizar a atuação pastoral e atuar do lado dos mais pobres e marginalizados. Durante muito tempo, a Igreja<sup>15</sup> – no Brasil e no mundo – manteve-se como instituição social consolidada, ainda com os reflexos de sua soberania no período medieval. Durante as reformas que afetaram sua estrutura, buscou fortalecer suas bases e intensificar a Pastoral de conservação, tornando fortes os grupos já existentes na Igreja e ligados quase que exclusivamente à dimensão espiritual<sup>16</sup>.

Esperançosos na libertação dos povos latino-americanos e motivados pelo Concílio Ecumênico Vaticano II e pela Conferência do Episcopado Latino Americano e Caribenho, realizada em Medellín em 1968, a Igreja latino-americana lança o desafio, à luz do Evangelho e das primeiras comunidades cristãs que “tinham tudo em comum” (At. 4, 32b) de tornar a esperança uma prática eficaz de transformação da história e construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária que tem por objetivo primeiro a difusão da justiça social e do amor entre os povos. Para o episcopado latino-americano a função da Igreja em caminhar junto com a humanidade e atuar “como fermento e a alma da sociedade humana<sup>17</sup>”, se confirma na atuação das CEBs, quando redescobrem, à luz das Escrituras, o aspecto libertador da história da salvação<sup>18</sup>.

Suas principais referências estão narradas no relato bíblico da libertação do povo da escravidão do Egito<sup>19</sup>, na tradição veterotestamentária<sup>20</sup>, e a obra salvífica de Cristo,

---

<sup>15</sup> Sempre que utilizarmos o termo Igreja, nos referimos à Igreja Católica Apostólica Romana.

<sup>16</sup> É importante ressaltar que a Igreja Católica foi fundamental no desenvolvimento social, sobretudo da civilização ocidental. Por sua influência, os orfanatos, Santas Casas e, inclusive, Universidades são criadas e difundidas. A análise feita em nossa pesquisa quer salientar uma mudança de perspectiva por parte dos membros da Igreja, que passam de uma preocupação de conservação para uma visão mais crítica e, sobretudo, atuante na sociedade onde estão inseridos, aproximando-se a parcela marginalizada da sociedade.

<sup>17</sup> Constituição dogmática *Gaudium et Spes* (GS) sobre a Igreja no mundo, fruto do Concílio Ecumênico Vaticano II.

<sup>18</sup> Segundo a fé cristã, a história da salvação é a libertação que Deus realiza na vida da humanidade desde a sua criação.

<sup>19</sup> Êxodo 14.

<sup>20</sup> Termo técnico que se refere ao Antigo Testamento do texto bíblico.

que atinge, segundo a fé cristã, todo gênero humano e age de maneira libertadora. Há, com muita evidência também, o resgate da experiência das primeiras comunidades cristãs, que viviam a fraternidade e a solidariedade entre todos. A Igreja do Brasil, atenta aos apelos dos povos excluídos e marginalizados e com o objetivo de se adequar a nova proposta eclesial lançada no Vaticano II, destaca em seu *Plano de Pastoral de Conjunto*<sup>21</sup>:

A Igreja é e sempre será uma comunidade. Nela estará sempre presente e atuante o ministério da Palavra, a vida litúrgica e especialmente eucarística, a ação missionária, a formação na fé de todos os membros do Povo de Deus no **desenvolvimento humano, social e político**, a organização visível da própria comunidade eclesial. (CNBB, 1965, [grifo nosso]).

Nem todos os setores da Igreja viam com bons olhos o surgimento das Comunidades de Base, atribuindo a ela certa divisão no corpo da Igreja:

[...] as Comunidades Eclesiais de Base não são uma realidade homogênea apesar de, com frequência, se refletir sobre elas como se fossem homogêneas. Partimos também do reconhecimento de que as CEBs são vistas como um “problema” eclesiológico por parte do setor mais identificado com o projeto *restaurador* hoje hegemônico na Igreja de João Paulo II. Admitimos que esse problema é real, mas não por questões de “magistério paralelo” ou “Igreja dos pobres” e por razões de poder: se as CEBs prosperam, e de ser “movimento” ou “corrente” passar a ser “reforma” (assim aconteceu com o Movimento Litúrgico), a estrutura da Igreja seria transformada e o “poder” com que são exercidos os ministérios se esfumaria. Seria, realmente, uma “eclesiogênese” (BOFF (1979, p. 37s)

Não obstante tenha enfrentado a ação de forças contrárias a sua implantação, as CEBs representavam para a Igreja, como lembra Medellín, a célula inicial da estruturação eclesial e foco de evangelização, com a responsabilidade primeira de promover a liberdade e a dignidade da pessoa humana. Ouvindo o grito dos povos excluídos do continente, a conferência de Medellín assume um papel importante no acolhimento que fez às Comunidades de Base, introduzindo-as a realidade oficial da Igreja.

Mais do que o aprofundamento na fé, da vivência comunitária, do espírito de fraternidade e as CEBs eram para a sociedade o lugar privilegiado da promoção da justiça e da paz nos lugares em que aconteciam. Reunidos para partilhar suas experiências

---

<sup>21</sup> Plano de atuação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que tem objetivo de orientar as ações da Igreja Católica - 1966-1970.

cotidianas, as comunidades de base, tornavam-se agentes protagonistas da denúncia e da crítica social e política. Era uma Igreja viva que clamava por justiça social e igualdade de direitos para todas as pessoas, tornando-se instrumento na construção do Reino<sup>22</sup> e concretização das esperanças de povo.

Tornar-se um fermento na massa humana era a tarefa essencial das comunidades cristãs na América Latina. No Brasil, sobretudo no período ditatorial, as Comunidades de Base serviam de refúgio para aqueles que caíam na clandestinidade. Lá, além de espaço para a vivência da fé cristã, era o local do debate e do encontro daqueles que, com convicção, lutavam ao lado da resistência ao regime instaurado, fazendo emergir a dimensão sócio-política das Comunidades Eclesiais de Base. Havia um grande empenho pela libertação integral do ser humano e uma análise mais profunda da realidade social vigente, onde se destacava a injustiça das estruturas e a opressão dos pobres.

A ação a favor da justiça e a participação na transformação do mundo aparecem-nos, claramente, como uma dimensão constitutiva do anúncio do Evangelho, quer dizer, missão da Igreja em prol da redenção do gênero humano e libertação de todas as situações opressoras (Sínodo, Justiça no Mundo, n.6).

A Igreja não cansava de lembrar que não era apoiadora de partidos ou facções políticas, o que não significa que era apolítica. Pelo contrário, ela deveria se mostrar solidária à participação popular na esfera política, não por interesses particulares, mas, sobretudo, para a promoção e o desenvolvimento da pessoa humana. De maneira geral, a Igreja nesse período queria propor um envolvimento social e político em todas as suas comunidades e não apenas nas denominadas comunidades de base. Entretanto, as CEBs trazem uma novidade bastante clara: pela primeira vez as comunidades oferecem, dentro da Igreja, um espaço para o próprio povo simples participar da evangelização de toda a sociedade através da luta pela justiça social. Nesse sentido, “as CEBs têm se manifestado como lugar privilegiado de educação para a justiça e como instrumento de libertação.” (CNBB, 1982).

---

<sup>22</sup> O Reino inaugurado por Cristo, não é um Reino fictício ou de poder temporal, mas um Reino “que não pertence a este mundo”. Refere-se a um processo de libertação do Povo e de construção da solidariedade, do respeito, da fraternidade e igualdade.



A opção preferencial pelos pobres era a postura adotada pelos defensores das comunidades eclesiais de base<sup>23</sup>. Apesar de parecer uma clara opção de toda a Igreja, ainda era difícil discutir a opção pelos pobres na Igreja, ainda articulada de maneira hierárquica e que confundia o exercício ministerial como exercício do poder, agindo, deste modo, de maneira bastante semelhante aos governos que, ao invés de libertar, oprimiam os povos. O apelo por um olhar misericordioso sobre os pobres aparece com muita clareza nas palavras de Dom Pedro Casaldáliga<sup>24</sup>, em carta endereçada ao Papa João Paulo II, em 1988:

[...] não podemos dizer com muita sinceridade já termos feito a opção pelos pobres. Em primeiro lugar, porque não partilhamos, em nossas vidas e em nossas situações, a pobreza real experimentada por eles. E, sem segundo lugar, porque não atuamos, diante da “riqueza da iniquidade”, com aquela liberdade e firmeza adotadas pelo Senhor. A opção pelos pobres, que não excluirá nunca a pessoa dos ricos uma vez que a salvação é oferecida a todos e a todos deve ser dirigido o ministério da Igreja -, exclui o modo de vida dos ricos, “insulto à miséria dos pobres”, e seu sistema de acumulação e de privilégio, necessariamente espoliador e marginalizador da imensa maioria da família humana, de povos e de continentes inteiros. (CASALDÁLIGA, 1988, p. 31).

A má distribuição das riquezas da terra e a concentração de capital nas mãos de poucos poderosos eram vistas como as grandes armas de exploração e opressão operadas pelos ricos em detrimento dos mais pobres. Vale ressaltar que, na perspectiva do Episcopado latino americano, a família do povo de Deus (a Igreja) era constituída majoritariamente pelos pobres, excluídos e marginalizados, o que obrigava, mais ainda, que a Igreja tivesse uma atitude acolhedora e pastoral<sup>25</sup> consciente e justa.

---

<sup>23</sup> Nesse sentido, queremos lembrar que as bases, mencionadas na sigla CEBs fazem referência a base da pirâmide hierárquica da sociedade. Deste modo, tais comunidades eram o refugio e a segurança para as bases da pirâmide, isto é, os mais pobres.

<sup>24</sup> “Catalão de Barcelona, onde nasceu em 1928, a 16 de fevereiro, Dom Pedro Casaldáliga ingressou na Ordem Claretiana, consagrada às missões, onde foi ordenado sacerdote em 1943. Impregnado da espiritualidade dos Cursilhos de Cristandade, veio para o Brasil e, em 1968, mergulhou na Amazônia. Em 1971, nomearam-no bispo de uma prelazia amazônica, à beira do suntuoso rio Araguaia: São Félix do Araguaia. Adotou como divisa princípios que haveriam de nortear literalmente sua atividade pastoral: “Nada possuir, nada carregar, nada pedir, nada calar e, sobretudo, nada matar”. No dedo, como insígnia episcopal, um anel de tucum, que se tornou símbolo da espiritualidade dos adeptos da Teologia da Libertação.” (Frei Beto).

<sup>25</sup> É a ação da [Igreja Católica](#) no mundo ou o conjunto de atividades pelas quais a Igreja realiza a sua [missão](#), que consiste primariamente em continuar a ação de [Jesus Cristo](#).

Por tais motivos, durante muito tempo a Teologia da Libertação e, por consequência, as CEBs, foram acusadas pelos grupos conservadores e tradicionais da Igreja como subversivos ou comunistas, alegando que as influências do pensamento de Karl Marx<sup>26</sup>, pensador ateu, teria influenciado os teólogos latino-americanos, reafirmando as críticas veementes a esses movimentos, como supracitado.

A Igreja latino-americana carregou um estigma durante muito tempo. Por ter características libertadoras e proféticas, foi vista por setores tradicionais da Igreja como responsável pela criação de uma instituição paralela ou de ser um grupo de comunistas infiltrados na comunidade eclesial. Tal estigma, porém, parece perder forças quando, na tarde de 13 de março de 2013, o Cardeal [Jean-Louis Tauran](#) anunciou, na conclusão do Conclave<sup>27</sup>, o *habemus papam*<sup>28</sup>, e declarava que o eleito para assumir o mais alto ministério na Igreja Romana era o metropolitano de Buenos Aires, Cardeal Jorge Mario Bergoglio, colocando fim a hegemonia de papas europeus que perdurara por séculos. Dom Cláudio Humes – Arcebispo Emérito de São Paulo – teria dito ao Papa eleito, ainda na Capela Sistina: “Não se esqueça dos pobres!” Em resposta o surpreendente anúncio: o novo Papa adotava para seu pontificado o nome do Santo dos Pobres, Francisco, acenando assim para um pontificado que colocaria fim a uma visão eurocêntrica eclesial de que a América Latina jamais iria eleger um papa e, mais do que isso, de que a opção pelos pobres era apenas uma ideologia eclesial deste continente.

A abertura de Francisco e sua humildade chamam atenção desde os primeiros minutos de pontificado. Como sucessor de Pedro<sup>29</sup>, se mostrou humilde pedindo que o povo reunido na Praça de São Pedro rezasse por ele antes que “o Bispo de Roma” os abençoasse. Seu discurso inaugural é carregado de significado:

Irmãos e irmãs, boa noite! Vós sabeis que o dever do Conclave era dar um Bispo a Roma. Parece que os meus irmãos Cardeais tenham ido buscá-lo quase ao fim do mundo... Eis-me aqui! Agradeço-vos o acolhimento: a comunidade diocesana de Roma tem o seu Bispo. Obrigado! E, antes de mais nada, quero fazer uma oração pelo nosso Bispo Emérito [Bento XVI](#).

---

<sup>26</sup> **Karl Marx** nasceu em Trier em 5 de Maio de 1818 e morreu em Londres a 14 de Março de 1883. Foi um filósofo socialista revolucionário muito influente em sua época, até os dias atuais. Teve enorme importância para a política europeia, ao escrever o **Manifesto Comunista**, juntamente com **Friedrich Engels**, que deu origem ao “Marxismo”, citado adiante. Foi um ativista do movimento operário europeu, no chamado **International Workingmen’s Association (IWA)**, também conhecido como First International.

<sup>27</sup> Realizado após a renúncia histórica de Bento XVI.

<sup>28</sup> Parte de uma fórmula tradicional que, em latim, anuncia a eleição do novo Pontífice.

<sup>29</sup> O Papa, segundo a tradição católica, é sucessor de Pedro, o primeiro Papa.

Rezemos todos juntos por ele, para que o Senhor o abençoe e Nossa Senhora o guarde. E agora iniciamos este caminho, Bispo e povo... este caminho da Igreja de Roma, que é aquela que preside a todas as Igrejas na caridade. Um caminho de fraternidade, de amor, de confiança entre nós. Rezemos sempre uns pelos outros. Rezemos por todo o mundo, para que haja uma grande fraternidade. Espero que este caminho de Igreja, que hoje começamos e no qual me ajudará o meu Cardeal Vigário, aqui presente, seja frutuoso para a evangelização desta cidade tão bela! E agora quero dar a bênção, mas antes... antes, peço-vos um favor: antes de o Bispo abençoar o povo, peço-vos que rezeis ao Senhor para que me abençoe a mim; é a oração do povo, pedindo a Bênção para o seu Bispo. Façamos em silêncio esta oração vossa por mim. (FRANCISCO, 2013).

Pouco temos a dizer sobre o prematuro pontificado de Francisco e não é, nesse momento, o objetivo primeiro de nossa pesquisa. Não obstante, ele dá sinais de transformação na estrutura eclesial, levando para a Igreja do mundo toda a obra iniciada na América Latina e difundida pela consolidação das Comunidades Eclesiais de Base. Ao assumir mais a postura de Bispo de Roma, do que de Pontífice Supremo, sinaliza uma descentralização das estruturas hierárquicas presentes na Igreja, um dos objetivos das comunidades de base.

### **A juventude católica atuante nas comunidades – A formação da Pastoral da Juventude**

“O jovem necessita não somente que falemos para ele de um Deus que vem de fora, mas de um Deus que é real dentro dele em seu modo juvenil de ser alegre, dinâmico, criativo e ousado” (CNBB, 2007, p. 80).

Ao mesmo em que transformações sociais aconteciam na esfera política, a religiosa não se deixou para trás. No fim da década de 60 nascia, na América Latina, a Teologia da Libertação, que, em suma, priorizaria os pobres em detrimento do ganho de capital, sendo descrita por seus proponentes como uma revisão antropológica da fé cristã.

Fomentados pelas novidades propostas pelo Concílio Ecumênico Vaticano segundo que, dentre outras coisas, propunha uma abertura da Igreja para o mundo e um profundo diálogo com a sociedade, o Episcopado Latino Americano, fermentado promoveu o encontro Episcopal de Medellín, em 1968, onde as discussões acerca dos reais problemas da sociedade do continente foram elencadas e denunciadas.

Medelín é, para a Igreja da América Latina, a tomada de consciência das regras do jogo da realidade social do continente, onde “a miséria como

fato coletivo, é injustiça que brada os céus” (Justiça, 1). Medellín significa a redescoberta do mundo dos pobres, os preferidos de Deus, não mais como indivíduos carentes, mas como classe social, como produto de um sistema excludente. Essa situação é escandalosa diante do evangelho. Exige uma mudança radical, uma transformação das próprias estruturas da sociedade. Essa constatação obriga a Igreja a rever suas alianças históricas com os “sócios” tradicionais (CALIMAN, 1986, p.89).

A opção preferencial pelos pobres e marginalizados fez da Igreja da América Latina a primeira a implantar as profundas reformas propostas pelo Vaticano II. É na própria conferência de Medellín que o Episcopado alertará para a importância do olhar atento sobre a juventude, parcela majoritária da população do continente.

Los jóvenes son más sensibles que los adultos a los valores positivos del proceso de secularización. Se esfuerzan por construir un mundo más comunitario que vislumbran quizás con más claridad que los mayores. Están más abiertos a una sociedad pluralista y a una dimensión más universal de la fraternidad. Su actitud religiosa se caracteriza por el rechazo de una imagen desfigurada de Dios que veces les ha sido presentada y por la búsqueda de auténticos valores evangélicos (Medellín, 1968, p. 4).

A Igreja Latino Americana alerta, claramente para a esperança na juventude do continente que, mais sensível aos apelos do povo sofrido, pode reinterpretar a imagem que tem de Deus e superar a dominação imposta a eles.

No entanto, a Teologia da Libertação e a Conferência de Medellín, não foram o marco inicial da presença da juventude na Igreja que, desde o início do século XX, preocupava-se em levar o evangelho até os jovens, mas sim uma reformulação das políticas seguidas pela Igreja, a fim de tornar o evangelho mais difuso em diversos meios sociais, explanado por interlocutores inseridos naquele meio, de modo que os jovens tornaram-se peças fundamentais na difusão da religião.

[...] os jovens deveriam evangelizar a partir do próprio meio social em que estavam inseridos. (...) Desta forma, o critério central para a divisão de grupos, além da idade e do sexo, era o meio específico do jovem. Neste sentido, escola, fábrica, universidade, mundo rural, etc. foram tomados como critérios para a divisão dos grupos. Estruturaram-se a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Independente Católica (JIC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC) (MARTINS, 2000. p. 09).

O papel da juventude cristã na política foi ganhando destaque conforme se aproximava do trabalho popular e do meio universitário, e se distanciava da cúpula tradicional da Igreja Católica, aproximando-se, inclusive, do comunismo. Segundo Martins (2000, p.22),

À medida que a JUC avançava na análise da realidade brasileira e na sua prática política, ia desenvolvendo uma cultura político-religiosa própria que reunia o humanismo cristão com diversas orientações políticas-ideológicas, entre elas o marxismo, e que desenhava o socialismo como alternativa ao capitalismo dependente e ao subdesenvolvimento do país.

Este rompimento com os meios tradicionais da Igreja acabou sendo incorporado pela Teologia da Libertação, um pouco mais tarde, e tornou-se linha ideológica fundamental da Pastoral da Juventude, formada no fim dos anos 70 por jovens que acreditavam neste princípio renovador da fé, mais engajada na política, na vida universitária, comunitária e social. Para Martins (2000), a década de 70 foi de total silêncio para a Igreja, dada a repressão Militar. Neste período, a juventude passou ignorada pelo episcopado, que relutava em se insurgir contra o regime ditatorial. No entanto, os movimentos renovadores não deixaram de existir dentro das paróquias, que tornaram-se locais seguros para a expansão do pensamento renovador.

Segundo Martins (2000), o surgimento de pastorais específicas, como a Pastoral Universitária e a Pastoral da Juventude do Meio Popular - PJMP (fundadas respectivamente em Lins - SP, em 1977, e em Olinda, em 1979), em conjunto com outras experiências que procuravam se diferenciar daquelas realizadas pelos movimentos de encontro - principalmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul -, fortaleceu as iniciativas de articulação da juventude católica nacional para reunir os grupos de jovens, também denominados *grupos de base*, organizados a partir do espaço eclesial, e aqueles originados de meios específicos como escola, universidade, rural, etc. Aqueles grupos ligados ao espaço eclesial se denominaram *PJ Geral*, e os que se organizavam a partir de seu meio formaram a *PJ Específica*. À soma dos dois se denominou PJ. (DE LA FLORA, 2007, p.29).

Um aspecto de fundamental importância é destacado na Conferência do Episcopado Latino americano realizado em Puebla, em 1979. Se Medellín denuncia a miséria e o sofrimento latentes do povo latino-americano, Puebla vai se propor a ser uma profunda reflexão sobre a atuação que a Igreja deve ter no continente, através de pastorais

de intervenção social, buscando “uma prática pastoral bem determinada que se dirige à ação de homens concretos” (SOUZA, 1982, p. 165).

Nesse sentido o método VER, JULGAR e AGIR, proposto pela Teologia da Libertação, torna-se a grande referência para a atuação pastoral da Igreja Latino Americana. Seu chamamento é a comunhão e participação, discutindo o papel da família e das Comunidades Eclesiais de Base, da inserção política da mulher e do protagonismo dos jovens.

Sua opção preferencial pelos pobres, já evidenciado em Medellín, torna-se, também, opção preferencial pelos jovens:

Com su amor preferencial, pero no exclusivo por los pobres, la Iglesia presente em Medellín, como dijo em Santo Padre, fue uma llamada a la esperanza hacia metas más cristianas y más humanas. La III Conferencia Episcopal de Puebla quiere mantener viva essa llamada y abrir nuevos horizontes a la esperanza (PUEBLA, 1979, p. 1165).

Tal opção pelos jovens destacada em Puebla se dá pelo seu dinamismo no tecido social, pelo grande número de jovens na população latino-americana e pelo desejo de formar pastorais juvenis. A opção pelos pobres e jovens faz deles, não apenas objetos, mas sujeitos de evangelização.

Um das maiores preocupações da Igreja Latino Americana era, através da Pastoral da Juventude, formar lideranças. Para o bom desenvolvimento desse projeto, a PJ desenvolve um amplo processo de formação, com subsídios das Conferencias Episcopais Latino Americanas para a juventude e pelas Pastorais da Juventude do Brasil, num projeto intitulado Educação na Fé (PEF). O CELAM, evidencia o fundamento das Pastorais da Juventude quando afirma:

Para a PJ Latino-Americana, formar é gerar nos jovens e nos grupos, novas atitudes de vida e novas capacidades que lhes permitam ser, clarificar seus projetos de vida, viver em comunidade e intervir eficazmente para a transformação da realidade. Nesta visão, a formação é um processo de crescimento, tanto pessoal como grupal e social, com metas claras a alcançar e profundamente encarnado nas condições históricas e sócias em que se vive. (CELAM, 1997, p. 201).

Tal descrição do processo formativo da PJ se configura, sem sombra de dúvidas a um processo de educação não formal e, deste modo, apresenta aspectos bastante

específicos que, entre outros, prevê, foram dos bancos escolares, a formação integral do ser humano cidadão crítico e participante da sociedade. Pode-se evidenciar também nesse processo que a formação proposta não se configura com um amplo e muito elaborado, repleto de atividades formativas. Sabemos que, no âmbito da educação não formal, o arcabouço teórico-conceitual não é o ponto de partida dos processos formativos, mas antes, uma referência de chegada. Todas as ações são realizadas com conexões e, sobretudo, com reflexão.

A pastoral da Juventude tem em sua raiz o conceito de formar para a ação, isto é, através da vivência comunitária e das experiências de vida o jovem forma-se para a transformação da realidade, levando em consideração a pessoa humana, como agente transformado e transformador:

A pessoa humana constitui-se como unidade caracterizada por diferentes dimensões. Por isso, desenvolve a formação integral, levando em consideração os aspectos individuais, relacionais, políticos, espirituais, técnicos e vocacionais. Estas dimensões, não são fragmentadas nem sequenciais, mas sim um conjunto que se desenvolve ao mesmo tempo, pois estão diretamente relacionadas umas com as outras. (PJE, 1985, p. 111).

Além de levar em consideração a integralidade do ser humano, é importante destacar que o ser humano está em constante formação e transformação, isto é, nunca está pronto ou acabado, configurando um processo formativo contínuo, que promova o questionamento sobre si mesmo e sobre o mundo. O homem é um indivíduo e pessoa, um ser social e político aberto à transformação e aberto a responder as inquietações que são despertadas por toda sua existência.

### As dimensões da formação da Pastoral da Juventude

A Pastoral da Juventude Latino Americana e as Pastorais da Juventude do Brasil, destacam seis dimensões no processo de formação integras dos jovens: a personalização, a integração, a sócio-política, a teológica, a capacitação técnica e a vocacional. Cada dimensão contempla uma pergunta fundamental, uma relação, uma área e um chamado conforme podemos visualizar na tabela abaixo:

DIMENSÃO	PERGUNTA	RELAÇÃO	ÁREA	CHAMADO
Personalização	Quem sou eu?	Eu	Dimensão Psico-afetiva	Ser, possuir-se, conhecer-se
Integração	Quem é o outro?	Outro	Dimensão Social e Cultural	Conviver, comunicar-se e partilhar.
Sócio-Política	Onde estou? O que eu faço aqui?	Sociedade	Dimensão política	Situar-se, comprometer-se historicamente
Teológica	De onde venho? Por que existo?	Transcendência /Deus	Dimensão mística teológica ou	Transcender-se

Segundo a organização formativa da PJ, a dimensão psico-afetiva, trabalha a dimensão da personalidade de cada jovem, despertando-o para o sentimento de ser único, em um constante processo de amadurecimento tendo como referência a pessoa de Jesus Cristo de Nazaré. A dimensão da integração, aborda com bastante a clareza a capacidade de o jovem discutir e se relacionar com o outro ao seu lado, criando uma identidade de grupo. O processo formativo, por meio dessa dimensão, forma pela convivência em comunidade.

A dimensão sócio-política quer fazer o jovem se perceber participante da sociedade e protagonista no processo político, busca evidenciar suas capacidade de atuação e sua missão como cidadão crítico e participante. A dimensão teológica, desperta o jovem para a mística e para o encontro pessoal com Jesus, modelo de espiritualidade e atuação social. Por fim, a dimensão vocacional destacará a necessidade de o jovem colocar-se a serviço da comunidade, sobretudo mais pobres e necessitados, deixando seus talentos específicos a serviço da transformação social.

Configura-se, portanto, a Pastoral da Juventude como um importante instrumento para a formação da juventude, em um processo que não visa a formação de profissionais ou especialistas em determinada área, mas em um ser humano responsável pelo mundo em que vive, com valores éticos e morais de responsabilidade sobre sua vida e a vida dos outros. A dimensão comunitária fica evidente e aflorada, representando o grande



objetivo da formação de líderes juvenis. Suas principais preocupações e sua espiritualidade não se centram no individualismo ou, pior que isso, no egoísmo, mas na capacidade de se perceber participante da vida do outro e reconhecer-se parte integral da sociedade em que vive.

É justamente por essas características de contestação e atuação pastoral e social que a PJ ganhou muito espaço, destaque e apoio, dentro e fora da Igreja, transformando-se em um privilegiado espaço de educação, para a formação da consciência crítica e para a emancipação do ser humano.

A juventude assume, no Brasil e na América Latina, nesse sentido um grande protagonismo, não apenas por ser destinatária de Evangelização, mas, antes disso, ser presença evangelizadora e renovadora. Sua formação social é indispensável pois ela deve colaborar com a Igreja em sua ação evangelizadora e educadora, promovendo a transformação da realidade e a formação integral do ser humano, como cidadão ativo na sociedade.

[...] a missão da Igreja [é] de colaborar na construção de um mundo mais justo e fraterno. Para isso, a juventude deverá ampliar seu próprio campo de relações afetivas para outras mais amplas e globais. A ação evangelizadora precisa contemplar a dimensão sócio-política do jovem para que ele seja promotor da cidadania plena para todos, sobretudo os mais necessitados. (CNBB, 2007, p. 80).

João Paulo II, na encíclica *Christifideles Laici*, que retoma o Concílio Vaticano II, lembra o episcopado e todos os fiéis da importância da formação da juventude quando diz que a Igreja tem muito a falar para os jovens e os jovens a dizer para a Igreja. Esse modo de formar dialético só acontecerá com a promoção de uma “autêntica Pastoral da Juventude”. (CNBB, 2007, p. 89).

Desde sua origem a Pastoral da Juventude propõe um processo formativo que se baseia em todas as dimensões humanas e por isso se configura como processo de formação integral para a construção de um projeto de vida para o jovem que contemple sua ação e presença no mundo. Nesse sentido os documentos e subsídios formativos dão pistas importantes para a promoção da formação em encontros, sobretudo de catequese, nas escolas e, sobretudo, nas famílias.

Para que tais processos se realizem é necessária uma Pedagogia bem delineada e específica que, de sobremaneira, prioriza os princípios da Educação Popular. Tal pedagogia, já consagrada no Brasil e na América Latina são a base para a construção de uma educação humanizadora, onde a experiência tem prioridade sobre a teoria e a realização da formação nas Comunidades tem atenção privilegiada.

Os principais princípios orientadores são:

- a) Prioridade da experiência sobre a teoria; aqui se fala de método para evangelização. A Pedagogia de Jesus é a fonte para metodologia da evangelização. O método ver-julgar-agir-revisar-celebrar aparece como ferramenta para isso;
- b) Pedagogia de pequenos grupos e eventos de massa, que reflete estas duas formas de evangelização. Os eventos de massa, como as Jornadas Mundiais da Juventude, o Dia Nacional da Juventude, são eventos que causam um efeito positivo e motivador nos jovens. Aqui cabe lembrar, novamente, que é necessário “garantir que os eventos de massa se integrem num processo contínuo de educação humana” (CNBB, 2007, p. 153);
- c) Níveis de evolução do processo de acompanhamento dos jovens. As Pastorais da Juventude entendem esta dialética como processo de educação na fé e que acontecem por etapas;
- d) Conscientizar os jovens sobre o projeto pastoral para a juventude. Esta questão é extremamente necessária uma vez que formados, os jovens tornam-se formadores de outros jovens (autonomia; emancipação).

As próprias celebrações, como destacado, e momentos de concentração se articulavam como espaços de formação para a vida social. Essa é mais uma marca decisiva da atuação da Educação Popular na formação, visto que suas experiências partem do concreto, das relações e interrelações diversas, vividas em certo tempo e que busca incentivar as potencialidades humanas e a promoção do direito à vida, bandeira mais elementar da PJ.

[...] o homem expõe-se a novos valores, produz novos valores, dá origem a novas atitudes e gera novos comportamentos. Nesse movimento

humano elabora, sistematiza e reelabora novos conhecimentos acerca da sua prática coletiva, baseado na concretude de sua ação (MELO NETO, 2008, p. 18).

O caráter contestador da Pastoral da Juventude é evidenciado nas músicas que os grupos cantavam em seus momentos celebrativos, por exemplo. Mais do que provocar elevação espiritual, os cantos proporcionavam uma reflexão sobre os mais variados temas presentes na sociedade em que estavam inseridos. Preocupações com a fome, a miséria, o preconceito de credo, etnia, cor e gênero eram e, continuam sendo, bandeiras levantadas pela Pastoral da Juventude, em proporções diferentes a cada época.

*Uma terra que já não tem fronteiras,  
Senão mãos que juntas formarão  
Uma corrente mais forte que a guerra e que a morte.  
Já sabemos, o caminho é o amor.  
Uma pátria mais justa e mais fraterna,  
Onde todos construamos a unidade,  
Onde não há rejeitados, porque todos são chamados.  
Já sabemos, o caminho é o amor.  
Um novo sol se levanta  
Sobre a nova civilização que hoje nasce;  
Uma corrente mais forte que o ódio e que a morte.  
Já sabemos, o caminho é o amor.  
A justiça é a força que traz a paz.  
O amor é que leva a perdoar.  
A verdade é a força que nos traz libertação.  
Já sabemos, o caminho é o amor.  
Quem tem muito partilha sua riqueza.  
Quem sabe não impõe o seu pensar.  
Quem manda entende que poder é um serviço.*

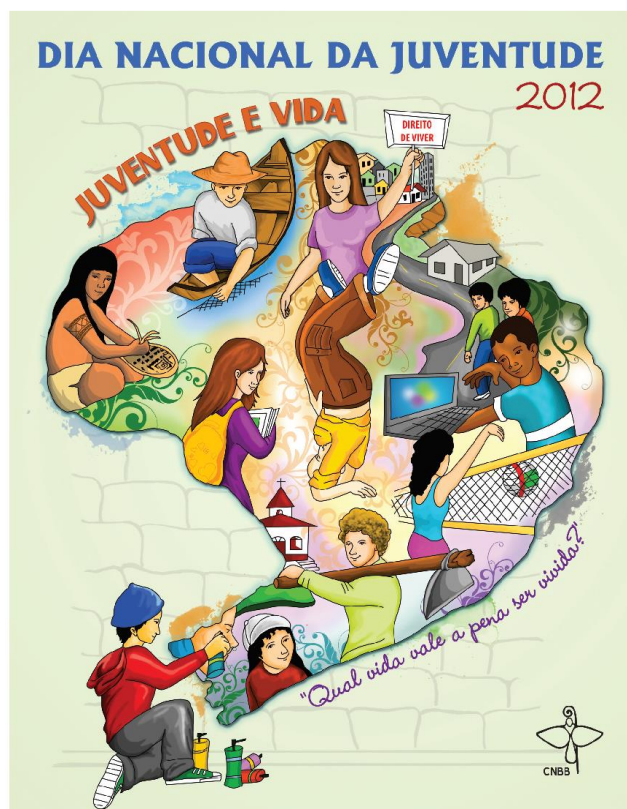
*Já sabemos, o caminho é o amor.  
Quem confia contagia com sua vida  
E a dor se cobre com amor  
Porque a gente se sente solidário com o mundo.  
Já sabemos, o caminho é o amor.*

*(Um novo Sol. Pastoral da Juventude)*

Os momentos comuns também se constituem como espaço de debates, articulações e encaminhamentos de atividades para continuidade dos trabalhos. A Ampliada, por exemplo, realizada em âmbitos diocesanos e nacionais são um momento de a juventude se articular enquanto movimento e colocar-se a caminho com objetivos e metas bem delineados.

A Ampliada Nacional da PJ, por exemplo, acontece a cada três anos, podendo ser convocadas ampliadas extraordinárias, conforme a necessidade. Essa reunião tem a participação de delegados diocesanos escolhidos pelas organizações regionais. É a instância em que acontecem as deliberações, escolhas das diretrizes para a ação e caminhada. É nela que, também, se reflete a representação na coordenação nacional da PJ, além de apontar rumos para a escolha de assessores e secretaria nacionais. Não se constitui como assembleia, pois tem uma estrutura mais ágil. Porém, é a instância maior de consulta e deliberação da Pastoral da Juventude. Sua coordenação é de responsabilidade da Coordenação Nacional da PJ, com seus assessores.

Outro momento importante é o Dia Nacional da Juventude, celebrado todos os anos pelas Pastorais da Juventude espalhadas pelo Brasil. Celebrado no fim do mês de outubro - mês missionário - o dia se propõe a ser uma profunda reflexão sobre a vida do jovem na sociedade. Um tema é escolhido e abordado nos momentos de celebração, dinâmicas e formação. Em 2012 o tema foi “Juventude e Vida” e o lema “Qual vida vale a pena ser vivida?”



A própria PJ vê sua formação como fundamental quando, entendendo seu papel de “fermento na massa” se propõe a participar, na sociedade, da promoção da dignidade da vida humana e na construção de melhores condições sociais e políticas.

Participamos porque acreditamos que devemos estar envolvidos nos espaços que discutem sobre/para/com a juventude. Participamos porque queremos fazer ecoar os gritos e os anseios dos jovens dos grupos e comunidades que almejam melhores oportunidades e buscam seus espaços na sociedade. Participamos, porque sentimos a necessidade de fazer chegar ao poder público o que os jovens querem e pensam partindo da própria juventude (através da participação juvenil), formando assim políticas públicas para juventude, embasada naquilo que é a realidade dos jovens e, por fim, porque acreditamos que os jovens, sobre tudo, os mais pobres e os excluídos precisam ser ouvidos, cuidados e amados. (PJ Nacional, Diretrizes Gerais).

Exemplos como as Ampliadas e o Dia Nacional da Juventude mostram que a Pastoral da Juventude [ ] articulando, não obstante, mesmo com tanta eficácia nesses processos formativos e na formação de lideranças, sobretudo que atuaram nos processos de luta social e contestação na sociedade brasileira, na década de 1990 e início do novo milênio, a juventude começa a perder os espaços privilegiados de envolvimento social. É importante ressaltar que a própria Igreja não acolhe bem os jovens, o que acaba construindo seu perfil religioso caracterizado por uma crença desvinculada da instituição religiosa. Marca disso está no desligamento do jovem das tradições religiosas familiares. Por uma opção da própria Igreja, que vê a Teologia da Libertação como ameaça e, deste modo, começa a cercear o desenvolvimento de uma Igreja Libertadora e a promover uma perspectiva mais individualista de ser Igreja, a Juventude sente-se deslocada dos processos que sempre a formaram.

### Referências:

ARNS, Paulo Evaristo. **Entrevista concedida a Paulo Siqueira**. Publicada no Jornal “O Mensageiro”, fev. 1998.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Abril, 1985.

BOFF, Leonardo. A libertação em Puebla. In: BOFF, Leonardo et al. **Puebla: análises, perspectivas, interrogações**. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

CALIMAN, C. Por uma Pastoral de Juventude do Meio Social: uma reflexão teológico-pastoral. In: DICK, Hilário. **A Pastoral da Juventude e o meio social**. São Paulo: Paulinas, 1986.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Carta ao Papa João Paulo II*. 1988.

CELAM, CONFERENCIA GENERAL DEL EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. **Conclusiones de Medellín**. Medellín 1968.

CELAM, CONFERENCIA GENERAL DEL EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. **La Evangelización em El presente y em el futuro da America Latina**. Puebla, 1979.

CNBB. **Plano de Pastoral de Conjunto**. São Paulo: Paulinas, 1965.

\_\_\_\_\_. **Marginalização de um Povo: o grito das Igrejas**. São Paulo: Paulinas, 1974.

\_\_\_\_\_. **As Comunidades Eclesiais de Base**. São Paulo: Paulinas, 1982.

\_\_\_\_\_. **Evangelização da Juventude**. São Paulo: Paulinas, 2007.

CORTI, A. P.; SOUZA, R. **Diálogos com o mundo juvenil: subsídios para educadores**. São Paulo: Ação Educativa, 2004

DAYRELL, Juarez. O Jovem como sujeito social. In: **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2003.

DELLA FLORA, Ângela. **A teologia da libertação e a formação político-cristã de uma geração de jovens rurais militantes na diocese de Chapecó - SC**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, SC, UFSC, 2007.

ESTEVES, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas memas. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos (Orgs). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Unesco, 2007.

FRANCISCO, Papa. **Discurso inaugural**. Roma: 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventudes - ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

LOPES, Roseli Esquerdo; SILVA, Carla Regina. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos. **Revista HISTEDBR On-line**, Unicamp, v. 23, 2009, p.114-130.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTINS, Suely Aparecida. **Caminhos e Descaminhos da Socialização Política na Pastoral da Juventude: O Caso de Londrina**. 2000. 146 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MELO NETO, José Francisco de. **Educação Popular: sistema de teorias no fim do século**. 2 ed. Cortez, 2008.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1979.

OMS/OPS. **La salud del adolescente y el joven em las Américas**, D.C., 1985.

NOVAES, Regina. Juventude, percepções e comportamento: a religião faz diferença? In. ABRAMO, Helena (org) **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SOUZA, Luis Alberto Gómes. **Classes Populares e Igreja nos caminhos da história**. Petrópolis: Vozes, 1982.

TEIXEIRA. Renan Augusto Gonçalves. **A formação social da pastoral da juventude**. Dissertação de Mestrado. UNISAL/2016.

**Submissão: Fev. 2018**

**Aprovado: Dez. 2018**